



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2025-SEMPAD-PMSG
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS PE-RP-SG Nº 90020/2024

VALIDADE: 04/02/2026

Aos 05 dias do mês de fevereiro do ano de 2025, na sede da secretaria, o **MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**, por meio da Secretaria Municipal de Políticas Sobre Álcool e Drogas, nos termos das normas de caráter geral da **Lei Federal nº 14.133/2021**, pela **Lei Complementar Federal nº 123/2006** – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela **Lei Complementar Federal nº 101/2000** – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela **Lei Federal nº 8.078/1990** e suas alterações, em face do resultado do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS SG Nº **90020/2024**, realizado por meio do processo administrativo nº 22.341/2024, homologado em 23/01/2025 - e publicado no Jornal Oficial do Município em 24/01/2025, RESOLVE registrar os preços das empresas classificadas, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e aquelas enunciadas nas Cláusulas que se seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto o registro de preços para a aquisição de 02 Veículos tipo Furgão para atender a Secretaria Municipal de Políticas sobre Álcool e Drogas (SEMPAD), consoante o disposto no Edital de PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS SG Nº **90020/2024** e no Termo de Referência.

ITEM 01	ESPECIFICAÇÃO VEÍCULO TIPO FURGÃO	QUANTIDADE ESTIMADA 02	
EMPRESA WW DA SERRA VEÍCULOS LTDA		PREÇO UNITÁRIO R\$ 198.000,00	PREÇO TOTAL R\$ 396.000,00
REPRESENTANTE LEGAL: TARCISIO NEIVA RUBACK			
CPF: 056.303.106-90			
RG: 13276736 SSP/MG			

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, devendo ser procedida a sua publicação no Jornal Oficial do Município, acompanhada da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Portal de Transparência do Município de São Gonçalo.

Parágrafo Primeiro – O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado, observado o prazo máximo de vigência de 1 (um) ano, prorrogável por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

Parágrafo Segundo – A prorrogação do prazo da Ata de Registro de Preços deverá considerar, além do



preço, o desempenho das empresas na execução das obrigações anteriormente assumidas.

Parágrafo Terceiro – A prorrogação da vigência da ata de registro de preços deve ser precedida de ampla pesquisa de mercado, a fim de verificar a adequação dos preços registrados aos parâmetros de mercado no momento da prorrogação, aferida por meio dos parâmetros previstos no art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Quarto – No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

CLÁUSULA TERCEIRA – ORDEM DE FORNECIMENTO

O fornecimento dos materiais cujos preços ora são registrados será requisitada por requerimento do Órgão Gerenciador, o qual conterà, sucintamente:

- a) o número da Ata;
- b) a descrição do produto;
- c) o local, hora e prazo do fornecimento;
- d) o valor da requisição;
- e) as condições de pagamento;
- f) as penalidades;
- g) a garantia contratual.

CLÁUSULA QUARTA – FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados à empresa beneficiária após a regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964, observado o disposto nos arts. 140 e 141 da Lei Federal nº 14.133/2021, em 30 (trinta) dias, a contar da data contados da data de adimplemento da parcela correspondente.

Parágrafo Primeiro – O pagamento será realizado em razão do efetivo fornecimento realizado e aceito, sem que o órgão esteja obrigado a pagar o valor total do contrato caso todo o quantitativo do objeto previsto no respectivo cronograma e em anexos do edital não tenham sido regularmente entregues e aceitos.

Parágrafo Segundo – No caso de erro em eventuais documentos de faturamento ou cobrança, estes serão devolvidos à empresa para retificação ou substituição.

Parágrafo Terceiro – O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, desde que não decorra de fato ou ato imputável à CONTRATADA, sofrerá a incidência de juros e correção monetária, de acordo com a variação da Taxa Selic aplicável à mora da Administração Pública, *pro rata die* entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do protocolo do documento de cobrança no Departamento de Protocolo Geral do Município de São Gonçalo e a data do efetivo pagamento, limitados a 12% ao ano.

Parágrafo Quinto – O pagamento será efetuado à CONTRATADA por meio de crédito em conta corrente



518
C

aberta em banco a ser indicado pelo CONTRATANTE, a qual deverá ser cadastrada junto à Coordenação do Tesouro Municipal.

CLÁUSULA QUINTA – CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO DO MATERIAL

O fornecimento dos materiais obedecerá à conveniência e às necessidades da Administração.

Parágrafo Primeiro – Dentro do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, as empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados ficarão obrigadas a fornecer os materiais, observadas as condições do Termo de Referência Anexo I e desta Ata de Registro de Preços.

Parágrafo Segundo – O Órgão Gerenciador promoverá periodicamente pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

Parágrafo Terceiro – As empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados se obrigam a manter, durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas neste Pregão.

Parágrafo Quarto – Como condição para o fornecimento dos materiais, as empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados se comprometem a apresentar a documentação referente à sua habilitação devidamente atualizada.

Parágrafo Quinto – No caso de produtos importados, toda a documentação relativa à importação deverá estar disponível a qualquer tempo.

Parágrafo Sexto – A aceitação dos produtos pela Administração não exclui a responsabilidade civil da empresa beneficiária por vícios de quantidade ou qualidade dos itens ou disparidades com as especificações estabelecidas no Termo de Referência Anexo I, ainda que verificados posteriormente.

Parágrafo Sétimo – A Administração poderá exigir amostra ou prova de conceito do bem no período de vigência da Ata de Registro de Preços, conforme previsto no Edital e desde que justificada a necessidade de sua apresentação.

Parágrafo Oitavo – Será de responsabilidade do Beneficiário que tiver seus preço(s) registrado(s) o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da lei, relacionadas com o cumprimento do edital e com as obrigações assumidas na presente Ata de Registro de Preço.

Parágrafo Nono – O inadimplemento de qualquer item do Edital ou desta Ata ensejará, a critério do Titular do Órgão Gerenciador, o cancelamento do registro do preço do inadimplente, sem prejuízo das penalidades previstas no Edital.

CLÁUSULA SEXTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A recusa das licitantes vencedoras em assinar a presente Ata de Registro de Preços dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, independentemente do disposto no subitem 21.4 do Edital, sujeitando-a às penalidades previstas na Cláusula 24 do instrumento convocatório.



CLÁUSULA SÉTIMA – ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS E CANCELAMENTO DA ATA E DO PREÇO REGISTRADO

Parágrafo Primeiro - Os preços registrados poderão ser revistos em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que acarrete modificação significativa e suficiente a alterar o custo de fornecimento dos bens e inviabilize a execução tal como pactuado, cabendo ao órgão gerenciador realizar as negociações necessárias junto aos fornecedores.

Parágrafo Segundo - Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por álea extraordinária, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado, observando-se os seguintes procedimentos:

- a) Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
- b) A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.
- c) A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

Parágrafo Terceiro - Quando o preço registrado tornar-se inferior ao preço de mercado, é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata, observando-se aos seguintes procedimentos:

- a) Devem necessariamente ser atendidos os seguintes quesitos:
 - I - a possibilidade da atualização dos preços registrados seja aventada pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;
 - II - a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;
 - III - seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas.
- b) A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.
- c) Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.
- d) Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no item antecedente, o órgão



520
2

gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.

f) Liberado o fornecedor na forma do item antecedente, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.

g) Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

h) Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

Parágrafo Quarto - O registro do fornecedor será cancelado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- I – forem descumpridas as condições da ata de registro de preços, sem justificativa plausível;
- II – não for retirada a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- III – não for aceita a redução do seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- IV – for aplicada sanção de impedimento de licitar ou contratar ou de declaração de inidoneidade.
- V – não for aceito o preço revisado pela Administração.

Parágrafo Quinto - O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- I - por razão de interesse público; ou
- II - a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA OITAVA – FORO

Fica eleito o Foro de São Gonçalo para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da presente Ata de Registro de Preços, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Integram esta Ata, o Edital e Anexos do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS SG Nº 90020/2024 e as propostas de preço das licitantes vencedoras do mencionado Pregão.

E por estarem justos e acordados, assinam a presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também o assinam.

**TARCISIO
NEIVA**
RUBACK:05
630310690

Assinado digitalmente por TARCISIO
NEIVA RUBACK:05630310690
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A1, OU=(EM BRANCO), OU=30358453000106, OU=Videoconferencia, CN=TARCISIO NEIVA RUBACK:05630310690
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: 2855
Data: 2025.02.06 10:19:08-0300
Foxit PDF Reader Versão: 12.1.1



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS SOBRE ÁLCOOL E DROGAS

521
2

São Gonçalo, 05 de fevereiro de 2025.

Claudinei Peçanha Siqueira
Secretário Municipal de Políticas Sobre Álcool e Drogas
Mat. 130.495

**TARCISIO
NEIVA
RUBACK:05630
310690**

Assinado digitalmente por TARCISIO NEIVA
RUBACK:05630310690
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da
Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-
CPF A1, OU=(EM BRANCO), OU=
30388453000108, OU=videoconferencia, CN
=TARCISIO NEIVA RUBACK:05630310690
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: 2655
Data: 2025.02.06 10:19:36-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 12.1.1

WW DA SERRA VEÍCULOS LTDA
CNPJ 20.438.977/0001-00

Testemunhas

Rayane de Souza Machado - Mat. 129.410

Paolla da Motta Vianna - Mat. 20.323



PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO GONÇALO

DIÁRIO OFICIAL

DIÁRIO ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO D.O.E. | PODER EXECUTIVO | ANO VI | N.º 1.343 EM 11 DE FEVEREIRO DE 2025

VALOR TOTAL DO LOTE 7	R\$ 1.047.860,00
TOTAL POR EXTENSO	UM MILHÃO E QUARENTA E SETE MIL E OITOCENTOS E CINQUENTA REAIS
VALOR TOTAL DA ATA	R\$ 6.900.950,00
TOTAL POR EXTENSO	SEIS MILHÕES E NOVECENTOS MIL E NOVECENTOS E CINQUENTA REAIS

EXTRATO DE RESCISÃO POR INICIATIVA DO CONTRATADO DO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 036/SEMED/2023

Partes: Município de São Gonçalo, CNPJ 28.636.579/0001-00, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, neste ato representado pelo Sr. Mauricio Nascimento de Almeida, Secretário Municipal de Educação, brasileiro, casado, técnico de apoio especializado, portador da carteira de identidade nº 24.699.039-4, inscrito no CPF/MF sob o nº 081984817-45 e PATRICIA QUIRINO DE OLIVEIRA SILVA, portadora da carteira de identidade nº 01.100.939-94 e do CPF nº 078.134.287-22.

OBJETO: O presente termo tem por objeto a rescisão da contratação de PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO DE PROFESSOR DOCENTE II, de início em 13/02/2023 e rescisão contratual em 03/02/2025.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente termo tem fundamentação legal nos art. 9º, inc. II da Lei Municipal 447/2012 e na Cláusula 12ª do contrato.

MAURICIO NASCIMENTO DE ALMEIDA
Secretário Municipal de Educação

EXTRATO DE RESCISÃO POR INICIATIVA DO CONTRATADO DO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 057/SEMED/2023

Partes: Município de São Gonçalo, CNPJ 28.636.579/0001-00, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, neste ato representado pelo Sr. Mauricio Nascimento de Almeida, Secretário Municipal de Educação, brasileiro, casado, técnico de apoio especializado, portador da carteira de identidade nº 24.699.039-4, inscrito no CPF/MF sob o nº 081984817-45 e LIVIA SILVA DE ARAUJO, portadora da carteira de identidade nº 22.220.433-1 e do CPF nº 121.577.217-38.

OBJETO: O presente termo tem por objeto a rescisão da contratação de PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO DE PROFESSOR DOCENTE II, de início em 29/03/2023 e rescisão contratual em 05/02/2025.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente termo tem fundamentação legal nos art. 9º, inc. II da Lei Municipal 447/2012 e na Cláusula 12ª do contrato.

MAURICIO NASCIMENTO DE ALMEIDA
Secretário Municipal de Educação

SEMMATRAN

RESOLUÇÃO Nº 011/SEMMATRAN/2025

DISPÕE SOBRE A CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DAS AUTORIZAÇÕES PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE, MEDIANTE O USO DE TÁXI (ALUGUEL).

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E TRANSPORTES, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
Artigo 1º Tornar público o nome do autorizatário cedente e cessionário que realizaram procedimentos de transferência e cessão de titularidade, na regularização da autorização, em conformidade com artigo 46 do Decreto 044/2024

TRANSFERENCIA DE TITULARIDADE-CESSÃO

PROCESSO SEMMATRAN	AUTORIZAÇÃO	CEDEnte	CESSIONÁRIO
03.02140/2025-0	018	ANTONIO MARCOS ABREU DIAS	JANE CARLA VARGAS DA SILVEIRA DA SILVA
03.20354/2024-1	670	MARCELLE ROSALINA MATOS DE ALMEIDA	DANIELLE SIQUEIRA VALONGO

Artigo 2º - O autorizatário da prestação de serviço de transporte individual de passageiros, mediante o uso de táxi, fica obrigado a utilizar a autorização dentro do prazo máximo de 90 (noventa) dias, prorrogável por mais 90 (noventa) dias, a contar da data da publicação do ato de autorização, sob pena de cancelamento automático da licença, em conformidade com o § 1º e §2º, artigo 4º do Decreto nº. 044/2024

Artigo 3º - Esta Resolução entrará em vigor e produzirá seus efeitos na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

FABIO RICARDO FONTES LEMOS

Secretário Municipal de Meio Ambiente e Transportes

SEMPAD

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 002/2025 - SEMPAD-PMSG

O MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO torna público para o conhecimento de todos os interessados, o Extrato da Ata de Registro de Preços n. 002/2025, referente ao PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS SG Nº 90020/2024, Processo n. 22.341/2024, que tem por objeto o registro de preços para aquisição de 02 (dois) veículos tipo Furgão para atender a Secretaria Municipal de Políticas sobre Álcool e Drogas.

Validade: 29/01/2026

ITEM 01	ESPECIFICAÇÃO Veículo tipo Furgão	QUANTIDADE ESTIMADA 02	PREÇO UNITÁRIO R\$ 198.000,00	PREÇO TOTAL R\$396.000,00
EMPRESA	WW da Serra Veículos Ltda.			
REPRESENTANTE LEGAL:	Tarcisio Neiva Ruback			
CPF:	056.303.106-90			
RG:	13276736 SSP /MG			

São Gonçalo, 10 de Fevereiro de 2025.

CLAUDINEI PEÇANHA SIQUEIRA

Secretário Municipal de Políticas Sobre Álcool e Drogas
Mat. 130.495

SG-PREVI

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 01/2024, Processo Administrativo 000952/2023

Partes: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO (CONTRATANTE), CNPJ 32.538167/0001-05 e J. G. BAIÃO INFORMÁTICA – CONSULTORIA E COMÉRCIO LTDA., CNPJ 06.265.843/0001-04 (CONTRATADA).

Objeto: O presente termo tem por objeto a prorrogação do prazo contratual por mais 12 (doze) meses, a contar de 24/01/2025 até 24/01/2026.

Data da assinatura do contrato: 24 de janeiro de 2025.

Fundamentação Legal: Art. 107, da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações.

Número e data do empenho da despesa: Programa de Trabalho 2140.09.272.1001.2103, Natureza de Despesa 33.90.39.00 e Fonte de Recurso 1.800.0000.0011, tendo sido emitida Nota de Empenho Nº 00003/2025-01, no valor de R\$ 374.351,82 (trezentos e setenta e quatro mil trezentos e cinquenta e um reais e oitenta e dois centavos), ficando o restante a ser empenhado à conta do orçamento do próximo exercício, respeitando o Princípio da Anualidade, nos termos dos art. 2º e 34 da Lei 4.320/1964.

Valor global do contrato: R\$ 380.000,00 (trezentos e oitenta mil reais).

Valor a ser pago no exercício: Despesa 2025 – R\$ 348.333,34 (trezentos e quarenta e oito mil, trezentos e trinta e três reais e trinta e quatro centavos); Despesa 2026 – R\$ 31.666,66 (trinta e um mil seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e seis centavos).

São Gonçalo, 10 de fevereiro de 2025.

MARCELLE CIPRIANI DE ALMEIDA

Presidente do SG-PREVI

Portaria nº 016/2021

Mat. 014

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO PARA CONSIGNAÇÃO FACULTATIVA EM FOLHA DE PAGAMENTO

Processo Administrativo SEI nº 28.00100/2024-2

Partes: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO – SG PREVI, CNPJ 32.538.167/0001-05 e ITAÚ UNIBANCO S.A., CNPJ 60.701.190/0001-04.

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do TERMO DE CREDENCIAMENTO por mais 12 meses e a retificação dos itens 3.1.4., 3.1.5., 3.1.6. e 3.1.7. da CLÁUSULA TERCEIRA do PRIMEIRO TERMO DE CREDENCIAMENTO, passando a vigorar conforme a seguir: “3.1.4. divulgar as taxas máximas de juros e demais encargos praticados, quando aplicável.”, “3.1.5. disponibilizar ao CONSIGNADO meios para quitação antecipada do débito, quando aplicável.”, “3.1.6. oferecer planos, taxas de juros e respectivos encargos contratuais diferenciados, em proveito do CONSIGNADO, observando-se, em todos os casos o disposto no §2º do art. 13 da Portaria SG PREVI Nº 034/2023, quando aplicável.” e “3.1.7. pagar ao CONSIGNANTE sob forma de desconto incidente sobre os valores brutos a serem repassados ou creditados,